REVISTA DA ABPN
Associação Brasileira de Professores(as) Negros(as)
v. 1, n. 1- mar-jun de 2010

RESENHA

REVISTA DA ABPN v. 1, n. 1 - mar-jun de 2010

A Natureza Guerreira das Mulheres Negras

Elisa Larkin Nascimento (org.), *Guerreiras de Natureza:* mulher negra, religiosidade e ambiente, Coleção Sankofa v. 3, São Paulo: Summus, Edições Selo Negro, 2008, 268 p.

tatiana nascimento dos santos[1]
Grupo de Pesquisa em Educação e Políticas Públicas: Gênero, Raça/Etnia e Juventude (Geraju), Faculdade de Educação/UnB

Em 2009, chegou às livrarias a coleção Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, publicada em 2008 – treze anos depois de editada pelo curso homônimo do Ipeafro, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, fundado por Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento. Com artigos de subsídio à formação docente sobre história e cultura africana e afro-brasileira, antecipou em dez anos a Lei Federal que oficializou sua inclusão no currículo da rede educacional, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), principal lei educacional brasileira. Agora, sete anos depois da Lei n. 10.639/03, ampliada pela Lei n. 11.645/08 com inclusão de história e cultura indígena, o terceiro volume causa admiração pela fluidez dos artigos sankofados na ancestralidade como berço do devir.

O título Guerreiras de Natureza me remete a Bamburucema, Oyá, Sabô, – deusa guerreira dos ventos, tempestades e ancestrais, desmitificando a passividade da natureza, espelho do mito da passividade feminina. No primeiro capítulo, "Mulheres Negras", Lélia Gonzalez questiona a uniformidade da categoria mulheres e aponta a indissociabilidade de raça e sexo como ferramenta de mirada sobre uma sociedade de divisões raciais e sexuais do trabalho. Problematiza a liberação feminina branca feita com a precarização do trabalho doméstico de mulheres negras, em leitura macro-estrutural da "dependência neocolonial e a permanência de formas produtivas anteriores" do capitalismo nacional que explora/exclui a negritude (p. 31). Militante e intelectual de referência do feminismo amefricano, termo cunhado pela autora, Gonzalez desenha um quadro socioeconômico que parte da situação da população negra e das mulheres negras até nossa participação nas lutas emancipatórias de um Brasil pós-ditatorial de "modernização conservadora" (p. 36). Lutas vividas por mulheres negras num "cotidiano marcado, por um lado, pela discriminação racial e, por outro, pelo machismo" (p. 38).

No capítulo 2, "Grandes Mães, reais senhoras", Gizêlda Melo Nascimento traz o mito da democracia racial, vício escravagista que empenha raça/classe/sexo para interditar nossa auto-representação e confinar-nos ao espaço de falta (p. 50). À leitura exotizante feita pelo outro, mulheres negras contradiscursam, "contorcem conspirações de sobrevivência" (p. 58). Aos papéis asfixiantes de escravizadas e mulatas carnavalescas – reatualizando a supersexualização de nossos corpos, estupros coloniais e a reprodução compulsória que nos querem "matriz de crias para a servidão" (p. 51) –, as análises dos trechos de escritoras negras opõem a matrifocalidade da experiência coletiva de negritude plantada em torno das e pelas Grandes Mães. Não na maternidade asfixiante da tríade familiar nuclear: mas na circularidade da experiência feminina, fonte de manutenção de vida e comunidade, matrilinear, ecoando multivozes de uma raça que não se deixa ser acabada.

1 Poetisa, negra militante, lésbica feminista. Aquariana de Oyá, gosta muito de escrever e incomodar o racismo patriarcal de asfalto e não-sorrisos. Estudante de Letras da Universidade de Brasília (UnB), participa do Grupo de Pesquisa em Educação e Políticas Públicas: Gênero, Raça/Etnia e Juventude (Geraju), da Faculdade de Educação; da ONG Lésbica Feminista Coturno de Vênus; do Fórum de Mulheres Negras do DF e da Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas. E-mail: dissonante@gmail.com

Os capítulos de 3 a 6 aproximam religião e mulheres negras. Em "Religiões afro-brasileiras", Heliana Teodoro historiografa a cosmovisão do candomblé Iorubá/Ketu, além de descrever os cultos de Egun, mas também menciona elementos das nações Jeje e Angola, do Islamismo e da Umbanda. Caracteriza as religiões negras como "linha de frente e dinamizadora de um ethos, indicadora de comportamentos, hábitos, enfim, de uma maneira de ser" (p. 83) e brinda o papel de resistência simbólica e física dos povos negros transplantados que foi exercido nas/pelas comunidades-terreiro. É aí que se planta Axé e o pertencimento cultural dinamizador da ruptura de mulheres negras com a cultura e a identidade fixadas na mística da submissão feminina.
O capítulo 4, "Mulher negra, cultura e identidade", evoca a (r)existência negra feminina em sua elaboração subjetiva: "ser negra é tomar posse dessa consciência [alienante da colonização] e criar uma nova que reassegure o respeito às diferenças e reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração" (p. 89).

Sueli Carneiro e Cristiane Cury também trazem artigos sobre religião e mulheres negras. O capítulo 5, "O candomblé", apresenta cuidadosa análise que lê aspectos externos à religião, como o esvaziante modo de vida burguês capitalista, sob a ótica candomblecista, explicitando a transcodificação da religião como uma jornada diaspórica para vivência e inteireza frente a novos signos culturais/econômicos/ psíquicos; e relações entre a organização social, racial e de gênero nos terreiros, e as de suas/seus praticantes com o mundo além daquele "campo possível de resistência e sobrevivência cultural e étnica" (p. 102). Em "O poder feminino no culto aos Orixás", capítulo 6, Carneiro e Cury brindam Saravá às marcas profundas que "o passado de luta, a determinação e a resistência da mulher negra" deixam no povo de santo (p. 123). Fazem um questionamento complexo da submissão feminina desde sua assunção na dimensão imaterial dos mitos iorubanos de disputa de poder entre Orixás femininas e masculinos. Como? Na valorização, pela ritualização e sacralização, de atividades domésticas depreciadas fora do candomblé, mas também na leitura dos mitos desde o pavor masculino ao poder das mulheres, representado nas várias divindades e seus atributos, divididas entre "socializadas" (orixás cultuadas) e "em estado bruto", Iya mi e Ajé, as mais temidas, não cultuadas (não lembra o costume ocidental de psicologizar a ira das mulheres em histeria?). O artigo traz, em depoimentos de yalorixás e iniciadas, a subversão da moral judaico-cristã maniqueísta que as mulheres exercem em suas vidas (sexual, afetiva, profissionalmente) pelo candomblé.

O capítulo 7, "Lições das vozes silenciadas: mulher, cultura afro-brasileira e desenvolvimento sustentável", é de Elisa Larkin Nascimento. Data de 1993, um ano após a Rio 92. A autora relembra a importância das vozes femininas naquelas discussões mundiais sobre desenvolvimento sustentável, eco da tradição de raizeiras, curandeiras, bruxas enfim. Mapeia o impacto delas nas conferências internacionais em prol de políticas públicas ambientais, bradadas na ousadia franca de atacar o neoliberalismo devastador que os países do norte, desde muito e até hoje, impõe aos países do Sul e ao planeta, a despeito de filosofias como as indígenas e africanas, que tocam a natureza com valorização sensível do feminino e fundamentadas "nos princípios da harmonia cósmica e do constante fluxo e reposição de energias" (p. 151).

Os capítulos 8 e 9 são novos à edição. Em "Natureza, morada dos Orixás", Aderbal Moreira saúda a consciência florestal indígena e africana, apresentando uma linda proposta de educação ambiental assentada no combate ao racismo (dimensões ambiental e institucional) e à intolerância religiosa. Pensa a redução do impacto ambiental nas oferendas de candomblé, em que passou a ser introduzido o uso de descartáveis, "práticas cada vez mais distantes das práticas dos mais velhos" (p. 153). Reafirma, assim, a matriz ecológica do candomblé, que busca "formas de adaptação de nossas práticas, para ampliar essa preservação com base no saber tradicional", oposto à lógica devastadora que Estado, elites e economia de mercado transformam em pacto de irresponsabilidade socioambiental (p. 157).

No capítulo 9, "A intolerância religiosa e os meandros da lei", Hédio Silva Jr. qualifica em termos jurídicos a análise da correlação íntima entre racismo e sistema penal no Brasil ao longo da história (colônia, império, república), com ênfase na manutenção de um sistema hegemônico de culto – inicialmente católico, mas agregando recentemente o neopentecostalismo –, sustentado "pela força da lei, do direito penal e

das próprias constituições" (p. 175), em detrimento das religiões de matriz afro-brasileira e a despeito da laicidade do Estado e da garantia constitucional de liberdade de culto. Merece destaque o tópico final do texto sobre o sacrifício litúrgico de animais à luz do direito civil, e não do direito animal ou ambientalismo.

Em "A força cultural das florestas", décimo capítulo, escrito por Dandara, a autora nos apresenta a resistência da "sabedoria humano-florestal" (p. 191) diante da depredadora empreitada colonial, ressignificada nos "antigos e novos mecanismos de dominação e subserviência" de que a urbanização e favelização são exemplos (p. 192). O artigo é formalmente curto, mas de uma profunda e densa articulação poética, compassada no melhor da tradição do samba-canção e arejada pela atmosfera úmida da abençoada floresta tijucana de Oxóssi (sincretizado em São Sebastião, padroeiro carioca).

O sincretismo aparece algumas vezes no livro, como um avesso ao mito da democracia racial, que quase torna tabu a miscigenação como dinâmica cultural. É o grande Nei Lopes que vai resgatar, em "Bantos, índios, ancestralidade e meio-ambiente", uma perspectiva dialógica do encontro de dois grandes grupos: povos indígenas e povos africanos. Aqui se reconhecem não só pela história de guerreiros da liberdade, mas na parecença cosmogônica em que a sacralização da natureza é chão. Nele plantou-se a semente do encontro ancestral que frutifica "alianças não apenas simbólicas, mas também reais", como dão mostra as "vertentes do culto [umbanda], como o candomblé de caboclo e o 'banto ameríndio' da região amazônica" (p. 197).

"Sassanhe: o 'cantar das folhas' e a construção do ser" é o penúltimo capítulo da obra e começa pela definição da pedagogia de iniciação candomblecista como uma de observação participativa, propiciada pelo cotidiano nos terreiros. É assim que se aprende e assim que se propaga a religião: pela vivência. Nessa ritualística, a palavra é princípio gerador e movimentador do Axé. A etnografia de Maria Lina Leão Teixeira, antropóloga, e José Flávio Pessoa de Barros, antropólogo e babalorixá, analisou em terreiros Ketu um conjunto de Cantigas de Folha, o ritual Sassanhe. Também compara a linguagem do Sassanhe nos terreiros e a língua iorubana atual a partir das espécies, características, propriedades e usos das folhas, reino de Ossain. É um texto tipicamente antropológico que acrescenta mais uma abordagem teórica ao conjunto dos textos, trazendo algo da voyeurística que essa disciplina tem.

O capítulo derradeiro, "Como a Jurema nos disse: representações e drama social afro-indígena", é também uma etnografia. Nela, José Flávio Pessoa de Barros e Clarice Novaes da Mota dialogam com a etnobotânica e ingressam no culto à Jurema, deslindando de que forma essa planta-rito-entidade orquestrou o encontro das religiosidades indígenas, em especial Kariri-Xoco (Nordeste), e africanas, via candomblé Angola, de origem lingüística bantu, em que se registra o culto da Cabocla Jurema, e na Umbanda. Desta, há um breve panorama político e histórico que traz elementos à discussão da desafricanização ou embranquecimento de que é acusada não raras vezes, e celebra-se sua origem "misturada", que a permite ser "capaz de constantemente se renovar e se adaptar a novas configurações sociais" (p. 250).

Guerreiras de Natureza tem a felicidade de ter mais autoras que autores: um livro de mulheres. Os textos trazem a história viva de uma africanidade transplantada, pela diáspora, à afro-brasilidade negra de experiências e cosmovisões preservadas na existência das mulheres negras e em nossos legados "muito necessários à vida humana", nas "Primeiras Palavras" emocionantes que Mãe Beata de Yemonjá dá ao livro, em diversas fontes epistêmicas, das afro-religiosas às negro-feministas, pela matriz ecológica. Mais que atualizar, isso permite uma conciliação da duramente forjada cisão natureza x cultura, uma das normas ditadas pelas "estruturas socioeconômicas planetárias" de "visão hegemônica" subalternizante das culturas africanas – análise de Carlos Moore na apresentação –, mostrando o compromisso holístico das mulheres negras, essas Deusas de natureza guerreira que somos, com a continuidade da existência.